

PRELO.

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA

SETEMBRO - DEZEMBRO de 2008

9

PRELO.

Edição e propriedade
IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AV. ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA
TEL. 21 781 07 00 · FAX 21 781 07 54

Director
CARLOS LEONE

Concepção gráfica
DED/INCM
Revisão
DGF/MCR

Publicação quadrimestral
E-mail: revista.prelo@incm.pt
Edição: 1016722
ISSN: 0871-0430
Depósito legal: 242 853/06
Tiragem: 800 exemplares
Preço: 6€

4	Editorial
	<i>ENSAIO</i>
7	FERNANDO BASTOS <i>Joaquim Domingues</i>
9	MÁRIO SOTTOMAYOR CARDIA E A LEGISLAÇÃO PARA O ENSINO SUPERIOR <i>Joaquim Romero Magalhães</i>
15	OS MESTRES NA PROLIFERAÇÃO DOS SEUS NOMES: EDUARDO PRADO COELHO E A CRÍTICA LITERÁRIA <i>Luís Mourão</i>
29	A TEORIA DO MITO NO PENSAMENTO DE ANTÓNIO QUADROS <i>António Braz Teixeira</i>
39	VISÕES DO BRASIL EM VITORINO NEMÉSIO <i>Vamireh Chacon</i>
47	<i>ESTAÇÃO ARDENTE, OU LÍQUIDO DIVERTIMENTO...</i> <i>Annabela Rita</i>
65	MERLEAU-PONTY (1908-1961), TEORIA DO <i>CORPUS</i> E NATUREZA: BREVE EVOCAÇÃO EM TEMPO DE CENTENÁRIO <i>Manuel Cadafaz de Matos</i>
83	OS INTELLECTUAIS E A REVOLUÇÃO: SOBRE A DIVERGÊNCIA ENTRE ADORNO E MARCUSE EM 1968 <i>David Silva e Sousa</i>
99	O INTELLECTUAL NOS CONFINS DO ESPÍRITO <i>Pedro Panarra</i>
117	O FINDAR DE UMA GERAÇÃO OU O DE UMA CULTURA? <i>Carlos Leone</i>

EDITORIAL

Com este número 9, a Prelo cumpre o seu terceiro ano de publicação regular naquela que já é a sua terceira série. Como sucedeu nos dois anos anteriores, também este último número do ano é temático, compondo-se portanto apenas de ensaios. Inicialmente dedicado a «intelectuais portugueses», o dossier de textos aqui dado ao público tomou um rumo inesperado, abrindo alas a um conjunto de reflexões menos localizadas, mas nem por isso desligadas do nosso contexto.

Como sucede já quase por norma, os primeiros textos são dedicados a vultos recentes da nossa cultura, dos quais nos permitimos aqui destacar a colaboração do Professor Joaquim Romero de Magalhães com um texto sobre Mário Sottomayor Cardia, autor da INCM desde 2007 (Racionalismo, Consciência Metodológica) que, no preciso momento em que estas linhas são escritas, vê muito da sua obra filosófica, política e crítica reunida em dois volumes a publicar pela INCM num futuro que desejamos próximo. Na mesma orientação de memória pública, o leitor encontrará igualmente o texto de Joaquim Domingues.

Nos textos mais próximos do inicialmente planeado para este número 9, encontramos de seguida ensaios de António Braz Teixeira, de um dos mais ilustres académicos brasileiros, Vamireh Chacon, bem como de Luís Mourão e ainda de Annabela Rita. Estes, genericamente centrados sobre a intelectualidade literária, que por sua vez constitui o cerne da própria ideia de «intelectual», abordam diferentes autores nossos contemporâneos de forma livre e desinteressada, cumprindo assim missão indeclinável do próprio trabalho intelectual, a recepção crítica do que é actual.

É de realçar como a crescente organização mediática da nossa vida social acaba por permitir, sob a forma de celebração, evocar e discutir as obras mais influentes da nossa vida cultural. Isso mesmo sucedeu, com grande sucesso, ainda há bem pouco tempo no congresso internacional dedicado à obra de Eduardo Lourenço por ocasião dos seus 85 anos (realizado pelo Centro Na-

cional de Cultura na Fundação Calouste Gulbenkian), entre outros exemplos possíveis. Esta indústria dos festejos, parte fundamental da indústria cultural contemporânea, é, por seu turno, apenas um dos vários elementos presentes em todos os textos até aqui referidos que tornam natural, mesmo lógica, uma abertura temática inicialmente impensada.

Assim, os ensaios de David Silva e Sousa, Pedro Panarra e Manuel Cadafaz de Matos, ao reflectirem sobre realidades apenas indirectamente referidas ao caso dos intelectuais em Portugal, constituem uma forma de integração possível dos temas e problemas da intelectualidade portuguesa num contexto mais amplo. Entendamo-lo como europeu, ocidental ou até universal, esse conjunto de referências é desde há muito obsessivo na reflexão intelectual sobre a nossa cultura (pense-se por exemplo na estreia ensaística de Eduardo Lourenço sobre o diálogo que nos falta). E haverá, afinal, alguma outra reflexão sobre essa cultura?

Em jeito de tentativa de resposta a esta pergunta aparentemente retórica, o artigo com que encerramos este nono número ensaia uma leitura sequenciada, ainda que sem formar um sistema, dos vários planos em que se articulam as reflexões anteriores. Com efeito, não é apenas na relação com o legado dos que nos precederam, nem tão pouco no diálogo mantido com os nossos contemporâneos ou, sequer, na tensão perante a diferença e a distância que o «outro», maxime cultural, vem suscitar que se define e afirma a função social do intelectual na sociedade em que vivemos. É ainda, cremos, na relação desenvolvida com a realidade social que, não o gerando nem o destruindo, conserva o intelectual enquanto agente social afinal sempre presente e actuante mesmo quando, como sempre sucede, é dito estar «em crise». Um final tanto mais adequado quanto estas crises e as suas realidades se revelam, enfim, bem mais duradouras e interpelantes que as discutidas reviravoltas malabares dos mercados mais ou menos virtuais que (di)gerem as nossas vidas...

Lisboa, Setembro-Dezembro 2008.

O DIRECTOR

ENSAIO

FERNANDO BASTOS

JOAQUIM DOMINGUES

Discretamente, como quem muito cismava no enigma de haver homem e mundo, afastou-se do nosso convívio, no passado 7 de Março, o Prof. Dr. Fernando Bastos. Da Bahia, onde nascera em 1940 e se formara em Filosofia, tinha ido em 1966 para Brasília, porventura em busca de horizontes mais próximos do limiar de onde tudo brotou outrora. Lá permaneceu, atento às novidades transitórias, mas sobretudo às interrogações de sempre e à perene magia do mundo clássico.

Tivera a dita de encontrar, no Centro de Estudos Clássicos da nascente Universidade, Eudoro de Sousa, o mais original mitólogo lusitano do século xx, o mestre que haveria de marcar o seu futuro percurso pessoal e académico. Pode dizer-se que, para um como para o outro, a cultura clássica grega e em especial a sua fase mais remota constituíram, mais do que uma especialidade erudita, a via privilegiada para sondar o mistério da existência. No essencial, o homem permanece o mesmo, pelo que não há diferença de monta entre os modos como ele tem enfrentado a esfinge; com a vantagem de que, projectada no longínquo mundo helénico, a meditação actual escapa ao ruído excessivo de um tempo assaz confuso.

Compreende-se que não tenha deixado extensa bibliografia, tal era a minúcia com que pensava e escrevia. A dissertação de mestrado, *A Teogonia de Ferécides de Siro*, de 1968, elaborada sob a orientação de Eudoro de Sousa, veio a ser editada entre nós, já em 2003, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Trata-se do único estudo conhecido especialmente dedicado a um dos primeiros testemunhos da racionalização, ainda que mitigada, do mito da criação; do maior interesse, pois, para a compreensão do momento auroral da filosofia grega.

Também a tese de doutoramento, apresentada em 1990, constitui o primeiro trabalho relevante dedicado ao pensamen-

to e à obra do mestre, pouco antes desaparecido. Foi publicada em 1991 (e reeditada em 1998), pela Editora Universidade de Brasília, sob o título *Mito e Filosofia. Eudoro de Sousa e a Complementariedade do Horizonte*. O tema reconduz-nos à questão de saber de que modo é possível reconstituir o laço originário do homem com a transcendência.

Além da colaboração dispersa em volumes colectivos (como as actas dos Colóquios Luso-Brasileiros de Filosofia), revistas e jornais, publicou uma síntese de intenção didáctica, *Panorama das Ideias Estéticas no Ocidente. De Platão a Kant* (1987) e *Em Torno de uma Arte, uma Estética. Reflexões Estético-Filosóficas sobre a Obra do Escultor Orlando Luiz* (1982) — Orlando Luiz que, por sinal, fora tema de um dos últimos escritos de Eudoro de Sousa. Nem admira que a arte fosse um dos seus motivos de persistente interesse, como outra forma de manifestação do absoluto.

De uma cortesia e afabilidade extremas, guardo do Prof. Fernando José de Menezes Bastos a viva memória da amizade que espontaneamente nos ligou, apesar de quanto poderia distanciar-nos à partida e nem os escassos encontros pessoais ou as mensagens ocasionalmente trocadas poderiam mitigar de todo. É certo que nos aproximou a comum admiração por Eudoro de Sousa e pelo especial conceito de cultura que na sua obra e personalidade se revela. Ainda assim creio que, sobre os factores circunstanciais ou caractereológicos, nos surpreendeu e aproximou a descoberta da comum raiz lusíada, cujos valores têm o condão de vencer todas as artificiosas barreiras.

MÁRIO SOTTOMAYOR CARDIA E A LEGISLAÇÃO PARA O ENSINO SUPERIOR

JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES

Mário Sottomayor Cardia (1941-2006) foi provavelmente o mais original dos pensadores portugueses da segunda metade do século xx. Filósofo por formação e por gosto, era estudioso de tudo e tudo capaz de desenvolver em termos de fundamentação intelectual. Explorador da linguagem, dos seus mistérios e das suas revelações. Sempre buscando uma clareza, uma precisão e uma concisão dificilmente alcançáveis. Na procura de um rigor que pudesse servir-lhe para exprimir exactamente o que pretendia e que lhe permitisse avançar nessa procura de melhor entendimento do que o rodeava. Mas também, e isso nunca se deverá esquecer, Cardia foi um agente de transformação social, um político, um estadista de rara envergadura. Sirva-nos de tema a legislação que preparou e fez aprovar para a gestão do ensino superior. Que, feito raro, vigorou por mais de 30 anos — e arrisca-se a ser retomada se não houver bom senso e sentido de equilíbrio nas regulamentações que se esperam.

Cardia foi Ministro da Educação durante os primeiro e segundo governos constitucionais presididos por Mário Soares (1976-1978). Com trinta e tantos anos, tinha já atrás de si um longo tempo de luta contra o Estado Novo e contra os desvios estatizantes do pós-25 de Abril. Destacara-se como dirigente e ensaísta na *Seara Nova* e depois como porta-voz do secretariado do Partido Socialista. Nessa qualidade, as suas palavras, medidas e pesadas com rigor, diziam exactamente aquilo que queriam significar e eram escutadas por muitos cidadãos. Avisavam e punham em alerta quantos permaneciam esperançados na instalação de um regime democrático em Portugal. Através

dessas declarações se iam aperfeiçoando os mecanismos de compreensão, de luta e de antecipação dos atentados contra a democracia que se esboçava. Como deputado destacara-se também na defesa da democracia, tentando impedir golpes e desfaçatezes múltiplas que içaram esses rudes tempos de 1975-1976. Ficou conhecido, era temido por adversários e por companheiros. Esperava-se com expectativa a sua gerência numa pasta especialmente difícil. Porque havia que pôr ordem numa situação muito complicada. Tudo (ou quase tudo) no sistema educativo se encontrava desorganizado: desde os aspectos curriculares dos vários graus de ensino às formas de administração das escolas e muito em especial das Universidades. Não se exagera ao dizer que a situação raiava o caos. Isto não obstante as tentativas reformadoras dos ministros anteriores, com destaque para Vitorino Magalhães Godinho. Mas a realidade não se deixara dominar por essas boas e bem-intencionadas medidas, tão logo ultrapassadas ou até esquecidas por uma dinâmica bem mais desorganizadora que revolucionária.

Cardia (com os seus colaboradores e com muitas pessoas de confiança que consultou e a quem pediu ajuda) pôs mãos à obra. Não se esqueça de que beneficiava de toda a confiança do Primeiro-Ministro Mário Soares, que não interferia no seu trabalho e em tudo o apoiava. Tratava-se de conseguir um ordenamento jurídico que satisfizesse os vários intervenientes, sem se aproximar dos processos ditatoriais que bem conhecia: como estudante e activo militante anti-salazarista fora mesmo preso e expulso da Universidade de Lisboa. Por essa razão frequentara a Universidade de Coimbra, que lhe não deixou saudades. Havia que construir um modelo original de governo académico, capaz de pacificar, de reconhecer direitos a todos os participantes na vida escolar e de a todos responsabilizar. E foi isso o que foi feito. Jogando na conjugação de equilíbrios e de poderes. A todos dando uma posição no conjunto da vida colectiva que permitiria actuar sem levar à supremacia de alguém ou de algum grupo dentro dos estabelecimentos de ensino, então incompreensíveis, ainda hoje indesejáveis. Situações sempre perigosas que se sabe como começam mas se ignora como terminam.

Como amplificadores da barafunda tinham estado as muito concorridas reuniões gerais de escola ou reuniões gerais de alunos, em que professores foram simplesmente acusados e afastados, sem possibilidade de defesa. E por vezes sem motivo — bastava para alguns uma certa severidade nas classificações para serem mal vistos e arriscarem hostilidades. Espreitava o ignóbil saneamento. Cardia, mantendo embora a possibilidade de reunião dessas assembleias, retirou-lhes quaisquer poderes. Substituiu-as pelas assembleias de representantes, composta paritariamente por professores e estudantes eleitos pelos seus pares, junto com alguns funcionários (que nesta fase também tinham de ser responsabilizados pela muita confusão e desleixo que se tinham instalado). Daí sairia então por eleição o conselho directivo da faculdade, instituto ou escola. Mas ainda, e hoje isso parece de enorme relevância, a essas assembleias se poderia recorrer em caso de conflito interno ou confronto com alguma entidade externa. Politicamente era um achado, porque se bem que os poderes da assembleia de representantes fossem muito limitados, era claro que havia sempre a possibilidade de para ela se recorrer. E de aí se denunciarem e esclarecerem aspectos da vida escolar que a todos importava. Funcionava, e sabemos que funcionaram, como anteparos a situações de difícil resolução. Muitos serviços prestaram, muitas vezes pelo simples facto de puderem ser convocadas. Que a segurança impõe que haja sempre instâncias de recurso a que apelar aquando de eventuais confrontos, que sempre surgirão.

Nos conselhos directivos, que substituíam os directores e as posteriores comissões de gestão, também se respeitava a paridade entre docentes e estudantes, havendo igualmente representação dos funcionários não-docentes. O presidente tinha poderes mais extensos que os demais membros do conselho, decerto, mas não se configurava como um director: tinha de fundamentar as suas políticas e de dar os esclarecimentos que os demais entendessem pedir-lhe. As posições do presidente deviam ser tomadas em conselho e tinham de ser discutidas e decididas pelo colectivo dirigente. No conjunto, exigia-se um exercício de equilíbrio. Era o que Cardia propunha, para conseguir acalmar o ensino superior, e permitir o prosse-

guimento regular dos estudos. Como seria de esperar, a nova legislação levantou contra o ministro as fúrias de quantos achavam que a situação anterior se devia prolongar. Os beneficiários das chamadas «passagens administrativas» não podiam naturalmente determinar-se por um regresso à rotina das aulas e dos exames. Organizaram-se manifestações e greves, incitaram-se estudantes a continuarem as suas lutas pela «democratização do ensino» (como se o novo regime não fosse absolutamente democrático!). Mas Cardia não cedeu. Bem sabia ele que tinha a seu favor muitos dos professores e mesmo muitos dos estudantes universitários. Além de que estava convictamente dentro da razão. E Cardia, para além de extraordinariamente inteligente, tinha duas características muito importantes, senão decisivas, para este tipo de luta. Era teimoso, era corajoso. A sua teimosia era desesperadamente invencível, a sua coragem física absoluta. Avançar para um magote de estudantes aos gritos não era para ele um exercício em que hesitasse. Fazia-o com naturalidade. Sobretudo, tinha certezas. Aos estudantes de Coimbra em greve mandou cortar o acesso às cantinas... e a greve depressa acabou. Não fraquejou na substituição de responsáveis académicos. E, fugindo de qualquer autoritarismo que lhe pudesse ser assacado, entregou aos estabelecimentos de ensino superior o seu próprio destino. Que esse foi o resultado da nova lei de gestão.

Essa entrega de responsabilidades novas e acrescidas aos estabelecimentos do ensino superior exigia ainda outras participações de estudantes e de professores. E outras funções a serem desempenhadas. Talvez menos políticas na aparência, porém fazendo parte de um todo político como tal pensado e executado. Assim, foram pela mesma lei criados os conselhos pedagógicos, onde os estudantes puderam fazer ouvir as suas pretensões, as suas queixas, quantas vezes denunciar arbitrios e injustiças dos professores. Era um órgão paritário de docentes e discentes, onde os funcionários não estavam presentes — como não deviam estar. Não foi esta inovação contestada, e não tardou a ser aproveitada, embora contida pelas atribuições legais.

Mas se os engulhos causados pelos conselhos pedagógicos ainda estavam para se mostrar, desde logo Cardia avançou

também com um outro órgão novo, dotado de extensos poderes: o conselho científico. Ai tinham lugar todos os professores doutorados de cada estabelecimento de ensino. Acabava a limitação de pertença aos professores catedráticos, que compunham as antigas congregações. Entravam nele agora também professores associados e auxiliares — segundo as novas designações. E os conselhos científicos recebiam todo o poder académico em matéria científica. Essa era uma nova confiança que se dava aos estabelecimentos de ensino. Completamente nova, e que nem sempre foi bem aproveitada. Houve de início, e não poucas vezes, desconfiança ou mesmo hostilidade de docentes não-doutorados e de estudantes contra os novos conselhos científicos. Temiam as deliberações cuja discussão e aprovação lhes escapava. A que não podiam estar presentes. Depressa porém os novos órgãos começaram a funcionar e onde houve determinação por parte dos responsáveis iniciaram-se novos tempos nos trabalhos escolares.

Poderá ter havido algumas razões de queixa. Boas razões de queixa até, algumas vezes. Mas no conjunto, e ao longo de 30 anos de exercício, o ensino superior gozou de quase completa liberdade de decisão e de actuação. Os conselhos fizeram das competências que agora recebiam usos diferenciados, desde as muito sensatas e equilibradas decisões às vinganças e vinganczinhas que também não se fizeram esperar. Todavia, agora as actas e as razões das medidas tomadas tinham de ser públicas, e aos conselhos directivos cabia sempre uma palavra na execução do que era deliberado ou lhe era proposto — nunca podiam alhear-se do que era decidido pelos outros órgãos. Mais uma vez, era a busca dos equilíbrios que motivava Cardia. Logo se mostrou quanto esta inovação veio a permitir a montagem de uma disciplina interna de grande clareza, mas também de acrescida responsabilidade.

A Cardia e à legislação que concebeu e fez aprovar se deve a instalação da autonomia dos estabelecimentos de ensino superior por 30 anos. Na base da qual esteve a responsabilização de todos e uma entrega aos vários corpos académicos de parcelas da decisão na vida escolar. As comunidades académicas terão gozado dos 30 anos da mais ampla capacidade de decisão autónoma da história do ensino superior em